



Safra

 Prospecto de acordo com Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento.

PROSPECTO

SAFRA ACOES FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES

CNPJ/MF n.º 47.178.215/0001-60

ESTE PROSPECTO FOI PREPARADO COM AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS AO ATENDIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO ANBIMA DE REGULAÇÃO E MELHORES PRÁTICAS PARA OS FUNDOS DE INVESTIMENTO, BEM COMO DAS NORMAS EMANADAS DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. A AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO E/OU VENDA DAS COTAS DESTES FUNDOS DE INVESTIMENTO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS OU DA ANBIMA, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, DE SEU ADMINISTRADOR OU DAS DEMAIS INSTITUIÇÕES PRESTADORAS DE SERVIÇOS.

O INVESTIMENTO NO FUNDO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO APRESENTA RISCOS PARA O INVESTIDOR. AINDA QUE O GESTOR DA CARTEIRA MANTENHA SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, NÃO HÁ GARANTIA DE COMPLETA ELIMINAÇÃO DA POSSIBILIDADE DE PERDAS PARA O FUNDO E PARA O INVESTIDOR.

O FUNDO DE INVESTIMENTO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO NÃO CONTA COM GARANTIA DA ADMINISTRADORA DO FUNDO, DO GESTOR DA CARTEIRA, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU, AINDA, DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS – FGC.

A RENTABILIDADE OBTIDA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA.

AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE PROSPECTO ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO, MAS NÃO O SUBSTITUI. É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA, TANTO DESTES PROSPECTOS QUANTO DO REGULAMENTO, COM ESPECIAL ATENÇÃO PARA AS CLÁUSULAS RELATIVAS AO OBJETIVO E À POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO, BEM COMO ÀS DISPOSIÇÕES DO PROSPECTO E DO REGULAMENTO QUE TRATAM DOS FATORES DE RISCO A QUE O FUNDO ESTÁ EXPOSTO.

O GESTOR DESTES FUNDOS EXERCERÁ O DIREITO DE VOTO NAS ASSEMBLEIAS GERAIS DE ACORDO COM SUA POLÍTICA DE VOTO (PROXY VOTING), DIVULGADA NO ENDEREÇO ELETRÔNICO <http://www.safraasset.com.br/outras/proxy.asp>, A QUAL DISCIPLINA OS PRINCÍPIOS GERAIS, O PROCESSO DECISÓRIO E QUAIS SÃO AS MATÉRIAS RELEVANTES OBRIGATÓRIAS EM QUE O GESTOR TERÁ A OBRIGAÇÃO OU NÃO DE EXERCER O DIREITO DE VOTO.

ESTE FUNDO DE INVESTIMENTO UTILIZA ESTRATÉGIAS COM DERIVATIVOS COMO PARTE INTEGRANTE DE SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO. TAIS



Safra

ESTRATÉGIAS, DA FORMA COMO SÃO ADOTADAS, PODEM RESULTAR EM SIGNIFICATIVAS PERDAS PATRIMONIAIS PARA SEUS COTISTAS.

ESTE FUNDO ESTÁ AUTORIZADO A REALIZAR APLICAÇÕES EM ATIVOS FINANCEIROS NO EXTERIOR.

ESTE FUNDO ESTÁ EXPOSTO A SIGNIFICATIVA CONCENTRAÇÃO EM ATIVOS DE POUCOS EMISSORES, APRESENTANDO OS RISCOS DAÍ DECORRENTES.


O FUNDO POSSUI DATA DE CONVERSÃO DIVERSA DA DATA DE PAGAMENTO DO RESGATE.

O FUNDO POSSUI DATA DE PAGAMENTO DO RESGATE EM DATA DIVERSA DA DATA DE PEDIDO DE RESGATE.

Barueri, 21 de março de 2011.



Safra

 Prospecto de acordo com Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento.

1. DENOMINAÇÃO DO FUNDO

SAFRA ACOES FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES

2. BASE LEGAL

Este fundo é regulamentado pela Instrução CVM nº 409 de 18/08/2004, bem como por suas regulamentações posteriores.

3. CLASSE DO FUNDO NA CVM

Ações

4. TIPO DO FUNDO NA ANBIMA

Ações IBOVSPA Ativo

4.1. Foco de atuação

Ibovespa

5. PRESTADORES DE SERVIÇO

5.1. Administradora

JS ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS S/A - CNPJ: 43.826.833/001-19, com sede na Alameda Tocantins, 75 - 2º andar – Alphaville – Barueri/SP, empresa devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil e credenciada junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM para prestação dos serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários.

5.2. Gestor

BANCO J. SAFRA S/A - CNPJ: 03.017.677/0001-20, com sede na Avenida Paulista, n.º 2150, São Paulo/SP.

5.3. Distribuidor, Custodiante e Prestador de Serviços de Registro Escritural de Cotas

BANCO SAFRA S/A - CNPJ: 58.160.789/0001-28, com sede na Avenida Paulista nº 2100 – São Paulo/SP.

5.4. Auditoria Externa

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU - CNPJ: 49.928.567/0001-11, com sede na Rua José Guerra, nº 127 – São Paulo/SP.

6. SOBRE A ADMINISTRADORA, GESTOR E PRESTADOR DO SERVIÇO DE REGISTRO ESCRITURAL DE COTAS

O fundo é administrado pela JS Administração de Recursos S/A e gerido pelo Banco J. Safra S/A, sendo ambas as sociedades integrantes do Grupo Safra, que, por sua vez é constituído por diversas empresas pertencentes a vários setores de atividade, principalmente do setor bancário, tanto no Brasil, como no exterior. As atividades de distribuição e custódia são de responsabilidade do Banco Safra S/A, instituição que possui tradição na prestação de serviços financeiros, devidamente autorizada pela CVM para exercer as atividades antes mencionadas.



Safra

 Prospecto de acordo com Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento.

7. PÚBLICO ALVO

O FUNDO é destinado a investidores em geral, a critério da administradora, assim definidos na regulamentação em vigor da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), doravante denominados cotistas, que busquem o objetivo de investimento, conheçam e aceitem assumir os riscos descritos no Regulamento. O Gestor observará as vedações descritas na legislação nacional vigente que regulamenta os investimentos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar e Regimes Próprios de Previdência.

8. OBJETIVO E POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O objetivo do FUNDO é atuar no sentido de propiciar aos seus condôminos valorização de suas cotas mediante a aplicação de seus recursos, preponderantemente, em ativos de renda variável. O FUNDO está enquadrado, nos termos da legislação vigente, como fundo de investimento em ações e, por essa razão, o principal fator de risco associado às suas cotas é a variação de preço das ações integrantes da CARTEIRA e admitidas à negociação no mercado à vista de bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão, tendo como principal meta, registrar uma valorização, para as cotas, no médio e longo prazos, que busque superar a variação do IBOVESPA.

A fim de alcançar o objetivo do fundo, o FUNDO manterá seu patrimônio líquido aplicado em títulos e valores mobiliários, ativos financeiros e demais modalidades operacionais disponíveis no mercado financeiro, observados os limites de concentração por modalidade de ativos financeiros e por emissor previstos na legislação aplicável e, em especial os limites e condições definidos no ANEXO I ao PROSPECTO, que faz parte integrante deste.

9. PROCESSO DE SELEÇÃO E ALOCAÇÃO DOS ATIVOS


No processo de análise e seleção de ativos, buscando identificar as melhores oportunidades de investimento que atendam ao objetivo e à política de investimento do FUNDO, o GESTOR poderá utilizar, dentre outras, as seguintes estratégias:

- I. Análise permanente das condições macroeconômicas nacional e internacional;
- II. Análise permanente da situação econômico-financeira dos emissores dos títulos e valores mobiliários disponíveis no mercado;
- III. Análise de possíveis eventos corporativos;
- IV. Análise permanente da liquidez dos ativos financeiros e modalidades operacionais disponíveis no mercado, bem como dos mercados nos quais tais transações são realizadas; e
- V. Análise e posição de valor relativo em diversos vértices da curva de juros em moeda local ou moeda estrangeira.

Adicionalmente, com relação à política de seleção de intermediários financeiros, as instituições com as quais o GESTOR mantém relacionamento são previamente selecionadas e aprovadas, de acordo com critérios próprios, pautados naqueles regularmente adotados pelo mercado. Entre os diversos aspectos avaliados destacam-se: qualidade da execução e dos processos operacionais, a qualidade dos serviços e atendimento, e experiência, credibilidade, idoneidade e o relacionamento com o mercado, além de análises econômicas e financeiras.



Safrá

 Prospecto de acordo com Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento.

10. DESCRIÇÃO DOS RISCOS

10.1. Riscos de Mercado

Tanto a negociação quanto a própria rentabilidade dos ativos do FUNDO podem ser adversamente afetadas por fatores econômicos gerais e específicos, incluindo, mas não se limitando a alteração da legislação e da política econômica nacional; a redução ou inexistência de demanda dos ativos integrantes da CARTEIRA, dificultando a liquidação das operações pelo valor e no prazo vislumbrado; a situação econômico-financeira dos emissores dos títulos e valores mobiliários e das modalidades e/ou estruturas operacionais, fazendo com que possam ser avaliados por valores inferiores aos de emissão e/ou contábil. A consequência da existência de tais riscos é a possibilidade da valorização ou depreciação do capital aplicado no período compreendido entre a realização do investimento e o resgate das cotas;

10.2. Risco de Crédito

Caracterizam-se, primordialmente, pela possibilidade de inadimplemento: (i) das contrapartes em operações realizadas com o FUNDO ou (ii) dos emissores dos ativos integrantes da carteira do FUNDO, podendo ocorrer, conforme o caso, perdas financeiras até o montante das operações contratadas e não liquidadas, incluindo rendimentos e/ou valor principal.

10.3. Riscos de Liquidez

Caracterizam-se, primordialmente, pela possibilidade de redução ou mesmo inexistência de demanda dos ativos integrantes da CARTEIRA nos mercados em que são negociados. Assim, o GESTOR poderá ter dificuldade para liquidar posições ou negociar tais ativos no prazo e pelo valor desejado, de acordo com a estratégia por ele desempenhada.

10.4. Riscos Provenientes do uso de derivativos


As operações com derivativos podem aumentar a volatilidade da carteira dos fundos nos quais o FUNDO investe e/ou da CARTEIRA, conforme o caso, limitar as possibilidades de rentabilidade das operações realizadas, não produzir os efeitos pretendidos e/ou, ainda, provocar perdas patrimoniais ao cotista.

10.5. Risco de Mercado Externo

O FUNDO poderá manter em sua CARTEIRA ativos financeiros negociados no exterior, e/ou, se for o caso, cotas de fundos de investimento que apliquem em ativos financeiros negociados no exterior e, conseqüentemente, a sua performance poderá ser afetada por requisitos legais ou regulatórios, por exigências tributárias relativas a todos os países nos quais ele invista ou, ainda, pela variação do Real em relação a outras moedas. Os investimentos do FUNDO estarão expostos a alterações nas condições política, econômica e social nos países nos quais investe, o que pode afetar negativamente o valor de seus ativos. Podem ocorrer atrasos na transferência de juros, dividendos, ganhos de capital ou principal, entre países onde o FUNDO invista e o Brasil, o que pode interferir na liquidez e no desempenho do FUNDO. As operações do FUNDO poderão ser executadas em bolsas de valores, de mercadorias e futuros ou registradas em sistema de registro, de custódia ou de liquidação financeira de diferentes países, que podem estar sujeitos a distintos níveis de regulamentação e supervisão por autoridades locais reconhecidas. Entretanto, não existem garantias acerca da integridade das transações e nem sobre a igualdade de condições de acesso aos mercados locais.



Safra

 Prospecto de acordo com Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento.

11. GERENCIAMENTO DOS RISCOS

11.1. Risco de Mercado

A ADMINISTRADORA e/ou o GESTOR utilizam um modelo de avaliação de risco financeiro de mercado (Value At Risk), através do qual se monitora diariamente o nível de exposição da CARTEIRA, a qual é submetida a cenários de crise (“stress testing”) para a mensuração das perdas a que o FUNDO está sujeito em tais situações.

11.2. Risco de Crédito

As operações do FUNDO com títulos de emissores privados serão efetuadas após avaliação quanto à sua classificação de risco de crédito. Além disso, todo e qualquer ativo que venha a integrar a CARTEIRA estará sempre sujeito à criteriosa análise de liquidez e solidez.

11.3. Riscos de Liquidez

O monitoramento dessa classe de risco se dá através do cálculo diário da média ponderada do prazo necessário para alienar completamente os ativos da CARTEIRA pelos respectivos volumes investidos. Tais prazos são obtidos com base na negociabilidade de cada ativo, que é obtida pela média diária do volume de negociações dentro de um intervalo de tempo, dado um parâmetro de participação do gestor nos respectivos mercados.

11.4. Riscos Provenientes do uso de derivativos

Sempre que o FUNDO investir em instrumentos derivativos, o GESTOR monitorará o comportamento de suas posições através de modelos estatísticos e matemáticos, visando a minimizar os impactos de possíveis cenários adversos.

11.5. Monitoramento da concentração

A ADMINISTRADORA e/ou o GESTOR monitoram a concentração identificando os riscos de liquidez, de crédito e de mercado, a que estão expostos os ativos. A ADMINISTRADORA e/ou o GESTOR diariamente avaliam o grau de diversificação a que a CARTEIRA está submetida e, se necessário, procedem à adequação.

12. POLITICA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

A ADMINISTRADORA incorporará ao Patrimônio Líquido do FUNDO as quantias obtidas a título de juros sobre o capital próprio ou outros rendimentos advindos de ativos que integrem a CARTEIRA.

13. POLITICA RELATIVA AO EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO EM NOME DO FUNDO

Nas assembleias gerais ordinárias e/ou extraordinárias das companhias e/ou fundos de investimento nos quais o FUNDO detenha participação, o GESTOR exercerá o direito de voto de acordo com sua Política de Voto (proxy voting), divulgada em seu endereço eletrônico <http://www.safraasset.com.br/outras/proxy.asp>.

A Política de Voto tem por objetivo definir os critérios a serem utilizados para votação pelo GESTOR na assembleia geral em questão, buscando sempre as melhores condições para os FUNDOS e empregando o cuidado e a diligência exigidos pelas circunstâncias. A



Safrá

Política de Voto estabelece os princípios gerais a serem observados no exercício do direito de voto, as matérias relevantes obrigatórias em relação às quais o GESTOR terá a obrigação ou não de exercer o direito de voto, os procedimentos aplicáveis nos casos de conflitos de interesses e o processo decisório.

Cabe à ADMINISTRADORA disponibilizar aos cotistas as informações recebidas pelo GESTOR relativas ao exercício do direito de voto, podendo tal disponibilização ser feita por meio de carta, correio eletrônico e/ou extrato acessível através da internet.

14. INTEGRALIZAÇÃO DE COTAS

As cotas serão integralizadas mediante débito em conta mantida no Distribuidor.

15. DIREITOS E DEVERES

O ingresso no FUNDO gera direitos, obrigações e responsabilidades para a Administradora, conforme descrito em seu regulamento e na legislação a que pertence, tais como: divulgar diariamente o valor líquido da cota e do patrimônio líquido do fundo; remeter mensalmente ao cotista, por meio de extrato, o saldo e o valor das cotas no início e no final do período, bem como a movimentação ocorrida ao longo desse período; comunicar qualquer fato relevante ao cotista, etc. Ao Cotista também caberá cumprir a obrigação, sobretudo de atestar, por meio de termo de adesão, que recebeu um exemplar deste Prospecto e do Regulamento do FUNDO, tomando ciência da política de investimento bem como do grau de risco do FUNDO.

16. REGRAS DE EMISSÃO, COLOCAÇÃO E RESGATE DE COTAS

O valor da cota do dia é resultante da divisão do valor do patrimônio líquido pelo número de cotas do FUNDO, apurados, ambos, no encerramento do dia, assim entendido como sendo o horário de fechamento dos mercados em que o FUNDO atua.

Para ingressar como cotista do FUNDO, deverão ser observados os valores mínimos vigentes para aplicação inicial, aplicações e resgates adicionais, saldo de permanência e valor máximo para aplicação, conforme a tabela abaixo:


APLICAÇÃO INICIAL MÍNIMA	R\$ 5.000,00
APLICAÇÕES / RESGATES ADICIONAIS	R\$ 1.000,00
SALDO MÍNIMO DE PERMANÊNCIA	R\$ 5.000,00
VALOR MÁXIMO DE APLICAÇÃO	R\$ 500.000,00

Na aplicação, emissão, conversão e resgate de cotas do fundo, o cotista deverá observar a tabela abaixo:

	CONVERSÃO (em cotas / das cotas)	COTA (utilizada para cálculo)	LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA
APLICAÇÃO	No dia da aplicação (D+0)	Do dia da aplicação (D+0)	Débito no dia da aplicação (D+0)
RESGATE	No 1º dia útil subsequente ao do pedido	Do 1º dia útil subsequente ao do pedido	Pagamento / Crédito no 4º dia útil subsequente



Safra

 Prospecto de acordo com Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento.

	(D+1)	(D+1)	ao do pedido (D+4)
--	-------	-------	-----------------------

Para fins de entendimento ao disposto na tabela acima, aplicar-se-ão ao FUNDO, os seguintes conceitos:

- I) **CONVERSÃO:** É o momento no qual os recursos aplicados serão convertidos em cotas, ou no qual as cotas serão convertidas em dinheiro para efeito do pagamento de resgate;
- II) **COTA:** É a cota a ser utilizada na aplicação ou resgate; e
- III) **LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA:** É o momento no qual i) valor aplicado é debitado do cotista; ou ii) o valor resgatado será creditado / pago ao cotista.

Os limites de horário para aplicações e resgates no FUNDO poderão ser obtidos através das agências Banco Safra S/A ou da Central de Atendimento ao Cotista descrita no último item deste Prospecto.

O FUNDO não cobrará Taxa de Ingresso.

Em casos excepcionais de iliquidez dos ativos componentes da carteira, inclusive em decorrência de pedidos de resgates incompatíveis com a liquidez existente, a Administradora poderá declarar o fechamento do fundo para a realização de resgates, sendo obrigatória a convocação de assembleia geral extraordinária para deliberar as medidas estabelecidas na legislação vigente, devendo tal fato ser imediatamente comunicado à CVM.

A Administradora pode suspender, a qualquer momento e a seu exclusivo critério, novas aplicações no fundo, desde que tal suspensão se aplique para todos os novos investidores e cotistas do fundo.

17. TAXA DE SAÍDA

O FUNDO não cobra taxa de saída.

18. LIMITE MÁXIMO DE CONCENTRAÇÃO POR COTISTA

Nenhum cotista poderá deter 100% (cem por cento) das cotas do FUNDO. Esta restrição só é dispensada quando o FUNDO tiver aplicação somente de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento.

19. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO


O FUNDO pagará uma taxa de administração mínima de 3,95% (três inteiros e noventa e cinco centésimos por cento) ao ano e uma taxa de administração máxima de 4% (quatro por cento) ao ano, ambas aplicadas sobre o seu Patrimônio Líquido.

A remuneração acima estabelecida será calculada e provisionada, por dia útil, à razão de 252 dias úteis, sobre o valor diário do patrimônio líquido do FUNDO, e será paga diretamente pelo FUNDO à ADMINISTRADORA entre o último dia útil de cada mês até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.

O FUNDO poderá comprar cotas de fundos de investimento que cobrem taxa de administração.



Safrá

 Prospecto de acordo com Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento.

20. TAXA DE PERFORMANCE

O FUNDO não cobra taxa de performance.

O FUNDO poderá comprar cotas de fundos de investimento que cobrem taxa de performance.

21. REGRAS DE TRIBUTAÇÃO

O disposto neste Capítulo tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos cotistas e ao FUNDO. No entanto, tributos adicionais podem vir a ser criados, assim como tributos existentes podem ser majorados, motivos pelos quais o cotista deve consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável aos investimentos realizados no FUNDO.

Os rendimentos e ganhos auferidos pelo fundo são isentos de Imposto de Renda e IOF.

A tributação aplicável aos cotistas do fundo, como regra geral é a seguinte:

IOF/Títulos: Imposto sobre Operações Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (“IOF/Títulos”): Os resgates efetuados pelos Cotistas dos fundos de investimento em ações estão sujeitos à alíquota zero do IOF/Títulos.

IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte) - Imposto de Renda Retido na Fonte (“IRRF”): os rendimentos auferidos nas aplicações em cotas do FUNDO são tributados pelo IRRF à alíquota de 15% (quinze por cento), exclusivamente por ocasião do resgate de cotas.


22. ENCARGOS DO FUNDO

Constituem encargos do fundo, que lhe serão debitados diretamente:

- i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do FUNDO;
- ii) despesas com o registro de documentos em cartório, impressão, expedição e publicação de relatórios previstas na regulamentação em vigor;
- iii) despesas com correspondência de interesse do FUNDO, inclusive comunicações aos cotistas;
- iv) honorários e despesas do auditor independente;
- v) emolumentos e comissões pagas por operações do FUNDO;
- vi) honorários de advogado, custas e despesas processuais correlatas, incorridas em razão de defesa dos interesses do fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação imputada ao fundo, se for o caso;
- vii) parcela de prejuízos não coberta por apólices de seguro e não decorrente diretamente de culpa ou dolo dos prestadores dos serviços de administração do FUNDO exercício de suas respectivas funções;
- viii) despesas relacionadas, direta ou indiretamente, ao exercício de direito de voto do fundo pela Administradora ou por seus representantes legalmente constituídos, em assembleia geral de acionistas, credores ou cotistas das companhias e/ou fundos dos quais o fundo detenha participação e/ou investimento, conforme o caso;
- ix) despesas com custódia e liquidação de operações com títulos, valores mobiliários, ativos financeiros e modalidades operacionais; e



Safra

 Prospecto de acordo com Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento.

x) despesas com fechamento de câmbio, vinculadas às suas operações ou a certificados ou recibos de depósito de valores mobiliários.

23. POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

A ADMINISTRADORA colocará à disposição dos cotistas, em sua sede, as informações abaixo descritas, na periodicidade também indicada abaixo:

- I. DIARIAMENTE: em até 2 dias úteis da data a que se refere o informe: informe diário, valor da cota, patrimônio líquido e rentabilidade do FUNDO;
- II. MENSALMENTE:
 - a) Balancete, até 10 dias após o encerramento do mês;
 - b) Informações relativas à composição e diversificação da CARTEIRA;
 - c) Perfil mensal; e
 - d) anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias contados a partir do encerramento do exercício social a que se referem, serão disponibilizadas na sede da Administradora, as demonstrações contábeis, acompanhadas do parecer do auditor externo do fundo.


23.1. Serviço de atendimento ao cotista

O cotista do fundo poderá obter exemplar do regulamento do fundo, seu histórico de performance, informações adicionais, inclusive relativas aos resultados de exercícios anteriores, bem como fazer reclamações e sugestões, através dos seguintes pontos de atendimento:

- i) nas Agências do Banco Safra S/A;
- ii) Central de Atendimento Pessoa Física SP e Grande SP: 0300 105 1234;
- iii) Central de Atendimento Pessoa Jurídica SP e Grande SP: 11 3175-8248 Demais localidades: 0800 015 7575;
- iv) no SAC:0800 772 5755;Ouvidoria:0800 770 1236; e
- v) pelo endereço eletrônico da Safra Asset Management (safra.asset@safra.com.br)



Safra
ANEXO I

 Prospecto de acordo com Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento.

AO PROSPECTO DO

SAFRA ACOES FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES

CNPJ/MF n.º 47.178.215/0001-60

POR ATIVO FINANCEIRO		LIMITES
I	Ações admitidas à negociação em bolsa de valores ou entidade de balcão organizado; bônus ou recibos de subscrição e certificados de depósito de ações admitidos à negociação em bolsa de valores ou entidade de balcão organizado; Brazilian Depositary Receipts – BDR classificados como nível II e III, Cotas de fundos de ações e cotas de fundos de índice de ações admitidas à negociação em bolsa de valores ou entidades de mercado de balcão organizado.	Mínimo de 67% do Patrimônio do Fundo
II	Cotas de Fundos de Investimento – FI Cotas de Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento – FIC Cotas de Fundos de Investimento Imobiliário – FII Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC Cotas de Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FICFIDC Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI Ativos privados que não tenham sido objeto de distribuição pública	Máximo de 20% do Patrimônio Líquido do Fundo
III	Títulos Públicos Federais e operações compromissadas lastreadas nesses títulos Ouro, desde que adquirido ou alienado em negociações realizadas em bolsas de mercadorias e futuros	Máximo de 33% da Carteira
	Títulos de Emissão ou Coobrigação de Instituição Financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil Valores Mobiliários privados que tenham sido objeto de distribuição pública	
IV	Ativos Financeiros Negociados no Exterior	Máximo de 10% do Patrimônio Líquido do FUNDO
V	Operações de empréstimos de ações na modalidade "doador"	Máximo de 100% do Patrimônio Líquido do FUNDO



Prospecto de acordo com Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento.

Safra

VI	Operações de empréstimos de ações na modalidade "tomador"	Máximo de 0% do Patrimônio Líquido do FUNDO
----	---	---

POR EMISSOR		LIMITES
I	Instituição Financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil	Máximo de 20% do Patrimônio Líquido do FUNDO
II	Companhia aberta não financeira	Máximo de 10% do Patrimônio Líquido do FUNDO
III	Fundos de Investimento, inclusive aqueles administrados pela ADMINISTRADORA, pelo GESTOR ou Empresas a eles ligadas, observado o disposto no item VII abaixo.	Máximo de 10% do Patrimônio Líquido do FUNDO
IV	Pessoa Física ou Pessoa Jurídica de direito privado que não seja companhia aberta	Máximo de 5% do Patrimônio Líquido do FUNDO
V	União Federal	Máximo de 33% da Carteira do FUNDO
VI	Emissores de ações admitidas à negociação em bolsa de valores ou entidade de balcão organizado; bônus ou recibos de subscrição e certificados de depósito de ações admitidos à negociação em bolsa de valores ou entidade de balcão organizado e Brazilian Depositary Receipts – BDR classificados como nível II e III.	Máximo de 100% da Carteira do FUNDO
VII	Cotas de fundos de ações e cotas de fundos de índice de ações admitidas à negociação em bolsa de valores ou entidades de mercado de balcão organizado	Máximo de 20% da Carteira do FUNDO
VIII	Títulos ou valores mobiliários de emissão da ADMINISTRADORA, do GESTOR ou de empresas a eles ligadas, observado o item IX abaixo.	Máximo de 20% do Patrimônio Líquido do FUNDO
IX	Ações de emissão da ADMINISTRADORA ou de empresas a ela ligadas	0% da Carteira do FUNDO

DERIVATIVOS	
Derivativos para Proteção da Carteira (Hedge)	SIM
Derivativos para Posição	SIM
Derivativos para Alavancagem	NÃO

Vedações aplicáveis à Carteira do FUNDO
Resolução CMN nº 3.922/10:
Atuar em modalidades operacionais ou negociar com duplicatas, títulos de crédito ou outros ativos que não os previstos na Resolução 3.922/10.



Safra

Aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cujas carteiras contenham títulos que ente federativo (Estados, Distrito Federal e Municípios) figure como devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma.	
Aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados.	
Aplicar recursos na aquisição de cotas de fundos de índices referenciados em ações, negociadas em bolsa de valores, cujo indicador de desempenho não seja os índices Ibovespa, IBrX e IBrX-50.	
Resolução CMN nº 3.792/09:	
Aplicar em ativos ou modalidades não previstas na Resolução CMN nº 3.792/2009.	
Aplicar recursos em títulos ou valores mobiliários de companhias sem registro na CVM, ressalvados os casos expressamente previstos na Resolução CMN nº 3.792/2009.	
Aplicar recursos em companhias que não estejam admitidas à negociação nos segmentos Novo Mercado, Nível 2 ou Bovespa Mais da BM&FBovespa, salvo se estas tiverem realizado sua primeira distribuição pública em data anterior a 29 de maio de 2001.	
Realizar operações com ações fora de bolsa de valores ou mercado de balcão organizado por entidade autorizada a funcionar pela CVM, exceto nas seguintes hipóteses: (i) distribuição pública de ações; (ii) exercício do direito de preferência; (iii) conversão de debêntures em ações; (iv) exercício de bônus ou de recibos de subscrição; (v) casos previstos em regulamentação estabelecida pela SPC; e (vi) demais casos expressamente previstos na Resolução CMN n.º 3.792/09.	
Aplicar recursos no exterior, ressalvados os casos expressamente previstos na legislação.	
Locar, emprestar, tomar emprestado, empenhar ou caucionar títulos e valores mobiliários, com exceção dos casos expressamente previstos na legislação.	
Atuar em mercados de derivativos em operações a descoberto.	
Operações Day-Trade	
Realizar operações day-trade	NÃO